

Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 022/90

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública o "Lar de Idosos São Vicente de Paulo" e dá outras providências.

.....

.....

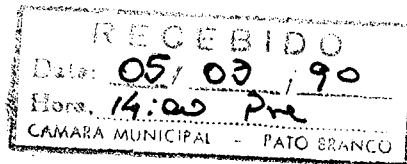
Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o "LAR DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO", com sede nesta cidade de Pato Branco.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.



Estado do Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco



Exmo. Sr.

Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco

NESTA

O Vereador que esta subscreve, NEREU FAUSTINO CENI (PC do B), no uso de suas atribuições regimentais, requer seja submetido ao Plenário o seguinte Projeto de Lei.

gumula

Declara de utilidade Pública o "Lar de Idosos São Vicente de Paulo" e da outras providências.

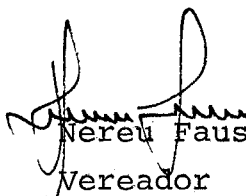
Art. 1º

Fica declarado de Utilidade Pública Municipal o LAR DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO, com sede nesta cidade de Pato Branco.

Art. 2º

Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

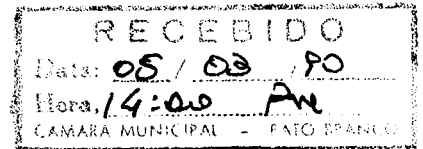
Pato Branco, 05 de março de 1990


Nereu Faustino Ceni
Vereador PC do B



Estado do Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco

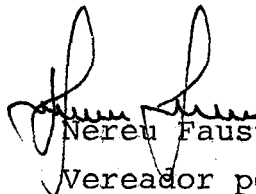


J U S T I F I C A T I V A

O Lar de Idosos São Vicente de Paulo, entidade beneficiante sem fins lucrativos, fundado em 12 de fevereiro de 1988, inscrito no CGC sob nº 7824418/0001-52, tem como objetivo atender os idosos de nosso município, é o mesmo mantido pela comunidade patobrnaquense.

Cabe ressaltar que o Lar de Idosos São Vicente de Paulo foi inteiramente construído com o trabalho de significativos segmentos da comunidade, e de abnegados defensores de uma vida melhor a terceira idade, tão abandonada pelos dirigentes deste país.

Sua declaração de utilidade pública viria premiar todos esses esforços e dar o devido reconhecimento a importante trabalho que desenvolve cotidianamente.


Nereu Faustino Ceni
Vereador porponente

LAR DE IDOSOS

"SÃO VICENTE DE PAULO"

FUNDADO EM 12-02-88

CGC 78244118/0001-52

Pato Branco, 15 de Fevereiro de 1.990

Ofício nº 02/90

Prezado Senhor:

Formulamos a presente com a finalidade de colocar a Vossa Senhoria a seguinte solicitação:

O Lar de Idosos São Vicente de Paulo / entidade filatropica beneficente, tem como objetivo atender idosos carentes do nosso município, construida e mantida pela comunidade - Patobranquense:

Vem através do presente solicitar a Câmara de Vereadores local afim de que seja formulado um projeto / de Lei, declarando como de utilidade pública o "Lar de Idosos São - Vicente de Paulo:

Aproveitamos o ensejo para lhes apresentar nossas,

Saudações


LAR DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO

Genésio de Oliveira

Presidente

AO Excelentíssimo Sr.

DR. NEREU FAUSTINO CENI

DD. Vereador da Câmara de Vereadores

PA TO BRANCO=PR.



Câmara Municipal de Pato Branco

Estado do Paraná

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO - PARECER.

PROJETO DE LEI 22/90

O Projeto de Lei versado é de autoria do eminente Vereador Nereu Faustino Ceni, o qual visa declarar de utilidade pública o "Lar de Idosos São Vicente de Paulo" e dá outras providências.


Conforme os documentos juntados, o Lar de Idosos São Vicente de Paulo, tem existência jurídica desde 11 de abril de 1.988, portanto está constituído a mais de um ano. Tem personalidade jurídica de direito privado, na forma de associação de fins filantrópicos e de assistência social.

Pelo artigo 36 do estatuto verifica-se que não remunera os cargos, pois são exercidos "pro honore". O Lar de Idosos São Vicente de Paulo não tem fins lucrativos, sua finalidade é filantrópica e assistencial.

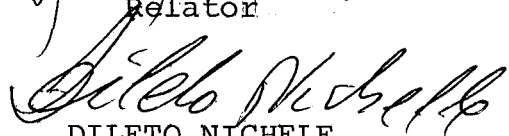
Presentes os requisitos legais, o Projeto de Lei deve ser apreciado na forma regimental e por ser conveniente, oportuno e de interesse público, deve ser aprovado.

É o nosso parecer. "pro veritates".

Pato Branco, 14 de março de 1.990.


NEREU FAUSTINO CENI

Relator


DILETO NICHELE

Membro


ERNESTO FRANCISCO PILATTI

Presidente


PAULO RICARDO POZZOLO

Assessor Jurídico



Estado do Paraná

Câmara Municipal de Pato Branco

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

O Projeto de Lei nº 22/90 é de autoria do Vereador Ne-reu Faustino Ceni, e visa declarar de utilidade pública o "Lar de Idosos São Vicente de Paulo".

Conforme já observaram a assessoria jurídica e a Comissão de Justiça e Redação, o Projeto de Lei atende aos requisitos exigidos por lei.

Quanto ao mérito, merece acolhimento o Projeto de Lei, afinal o Lar de Idosos desempenha atividade de natureza pública, sem fins lucrativos, mas apenas humanitários.

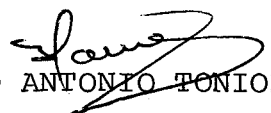
Merece provimento o Projeto de Lei.

É o nosso parecer. "sub censura".

Pato Branco, 15 de março de 1.990.


CLÓVIS PEDRO DE FAVERI - Presidente


VILSO CARNEIRO DE OLIVEIRA - Relator


ILÁRIO ANTONIO TONIOLO - Membro

Ata n.º 08

Nos trinta dias do mês de novembro do ano um mil novecentos e oitenta e nove, nas dependências da rede do "Lar de Idosos" São Vicente de Paulo, nesta cidade de Porto Branco, Pa., às 18:00 horas, presentes membros da Diretoria sob a presidência do Dr. Josué Fernandes Correa, presidente da Entidade e por convocação do mesmo, foi aberta a assembleia para apreciar o pedido do dia, que se constitui do pedido de desistência do Sr. Presidente. Com a palavra o Sr. Presidente expôs as razões do seu pedido de afastamento, fazendo o pedido de desculpas de sua esposa haver assumido cargo junto a UBS local, o que causa impedimento quando da busca de recursos junto aquela entidade. Posto o cargo a disposição por decorência dos motivos supra citados assumiu a presidência o vice presidente Sr. Genésio de Oliveira que passou a presidir a presente. Nada mais havendo a se consignar deu-se por finda a presente ata que vai lavrada por mim, Secretário Geral, que a escrevo juntamente com o Sr. Presidente e demais presentes.

José G. S.
 Ata
 Secretário
 Bernardino

Termo de Objectiva

Continu este livro duzentas folhas
tipograficamente numeradas de 01
(um) a 200 (duzentas) e servirá de
Atas da Iª "São Vicente de Pau-
lo".

Pato Branco, 05 de Janeiro/88

Ata da Assembleia Geral Extraordinária
de Constituição e Fundação do Lar de Idosos
"São Vicente de Paulo", da cidade de
Pato Branco, Paraná.

Nos dez (10) dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e oito (1988), nas dependências do Fórum Estadual da cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, às 20:30 horas, presentes diversas pessoas convidadas especialmente para o evento, após explicações pelo Rev. Fr. Nelson Rubelo e pelo Dr. Jeani Lúcia Ferrnandes, foi declarada oficialmente constituída e fundado o Lar de Idosos "São Vicente de Paulo", desta cidade, que será dirigido nos dois (02) próximos anos pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo adiante nominados, cujos membros foram eleitos por aclamação nesta oportunidade, e ao mesmo tempo empossados. A Assembleia Geral, na reunião, aprovou, ainda, por unanimidade, os estatutos da entidade, que fica com assim redigidos:

Denominação, sede e finalidade:-

Artigo 1º - O Lar de Idosos "São Vicente de Paulo", obra unida à Sociedade de São Vicente de Paulo, vinculada ao Conselho Central de Quaramara, é uma sociedade civil, considerada de utilidade pública, de fins filantrópicos, de caráter beneficente - educativo e de assistência social, com sede nesta cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

§ Único - O Lar de Idosos "São Vicente de Paulo"

Paulo" terá duração por prazo indeterminado.

Artigo 2º - O "Lar de Idosos" São Vicente de Paulo", terá como finalidade:

a) Promover o bem estar individual ou da família, considerado como um todo, sem distinção política, religiosa ou racial, prestando assistência econômica, social, moral, cultural, educacional, recreativa e física; b) Combater a falsa medicina e promover a recuperação das pessoas realmente necessitadas; c) Apoiar as demais instituições sociais e de caridade estimulando-as a adotar programas planejados e os ordenados, para melhor e maior prestação de serviços à comunidade, d) A finalidade principal da obra será atender, gratuitamente, a velhice pobre, desamparada e infirmo. Dentro de suas possibilidades e na medida em que as circunstâncias o permitirem, o "Lar de Idosos" São Vicente de Paulo" poderá dar assistência além das citadas na letra "a" do artigo anterior, mediante comunicação ao pagamento se assim o Conselho Deliberativo e a Diretoria resolverem, sem que venha causar problemas a essa instituição. Artigo 3º: Para melhor consecução de suas finalidades, o "Lar de Idosos" São Vicente de Paulo", recorrerá aos processos, métodos e técnicas do serviço social e instituições, quando necessários, serviços e departamentos. Artigo 4º: O "Lar dos Idosos" São Vicente de Paulo" será formado por um número ilimitado de sócios, compreendendo as seguintes categorias: a) Contribuintes: serão os que, inscritos no quadro de sócios, contribuam men-

mensalmente ou anualmente com quantias em dinheiro; b) Beneficiários - são as pessoas físicas ou jurídicas que tirem prestado relevantes serviços ao Asilo, ou fazem contribuições com importância igual ou superior a cinco salários mínimos da região. Artigo 5º: Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais, não sendo beneficiários, diretos ou indiretos da entidade. Artigo 6º: são deveres dos sócios: a) Acatar e submeter-se às decisões da Assembleia; b) Contribuir, regularmente, para o Asilo com as cotas que se obrigarem. Artigo 7º: são direitos dos sócios: a) Comparecer às Assembleias Gerais, apresentando sugestões em assuntos pertinentes aos serviços prestados, ou que possam vir a ser prestados pelo Asilo; b) Discutir e manifestar-se sobre os balanços mensais ou balanços anuais apresentados pela Diretoria, podendo examinar os livros, uma vez preenchidas as formalidades legais deste estatuto e Regimento Interno; c) Discutir e votar os assuntos apresentados, em Assembleia Geral; d) Votar e ser votado para os cargos da Diretoria; e) Exercer, quando eleito, os cargos de administração do Asilo. § 1º - Os sócios, Contribuintes somente poderão gozar dos direitos constantes dos itens "c", "d" e "e", quando quites com a Tesouraria do Asilo. - § 2º O sócio que não estiver quites com os cofres do Asilo, perderá, enquanto em mora, as regalias e os direitos aqui estabelecidos. - Artigo 8º São Órgãos Administrativos do Asilo "São Vicente de Paulo": a) Assembleia Geral; b) Conselho Deliberativo; c) Diretoria. - Artigo 9º A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente no

primeiro dia útil do mês de janeiro e etc. ad-
nainamente, por convocação da Diretoria, terça par-
te dos membros do Conselho Deliberativo ou quin-
ta parte dos sócios quites, sendo expostos, na con-
vocaçõ, os motivos desta. - § único: Na Assembléa Ge-
ral extraordinária não poderão ser tratados as-
suntos que não constarem da convocação. - Artigo
10º: A convocação dos sócios para as Assembléas
gerais será feita por editais ou Imprensa, 48
horas, pelo menos, antes da sessão. § único: Será
instabele a Assembléa Geral, em primeira convo-
cação, com um terço dos sócios, no mínimo; e,
em segunda convocação, uma hora após a primei-
ra, com qualquer número. Artigo 11º: Compete à
Assembléa Geral indicar ao Conselho Central, a
que estiver vinculada a Obra, nomes de Vicepre-
sidentes, para serem, pelo menos, dois, nomea-
do Presidente e Vice-Presidente; ainda: a) eleger
a Diretoria por aclamação, ou por escrutínio se-
creto desde que o requirerem cinco sócios no mí-
nimo; b) Aprovar as contas da Diretoria; c) De-
liberar sobre as reformas do estatuto, dissol-
ução da sociedade, fusão, de acordo com as su-
tuas; d) Decidir sobre toda matéria não reservada
expressamente à Diretoria e ao Conselho Deliberativo;
e) Decidir sobre recursos das decisões da Diretoria
e Conselho Deliberativo; Artigo 12º: O Conselho de-
liberativo se compõe: a) dos membros da Diretoria
executiva, b) das pessoas eleitas especialmente pa-
ra tal órgão. Artigo 13º: O Conselho Deliberativo se-
rá presidido pelo Presidente da Diretoria execu-
tiva. § único: O número de membros eleitos especifi-
camente para o Conselho Deliberativo será de

dez(10). Artigo 14º:- O Conselho Deliberativo reunir-se-
á ordinariamente de três em três meses e, extraordinaria-
mente, sempre que for necessário, convocada pelo
Presidente ou por cinco membros do mesmo con-
selho ou pela décima (10ª) parte dos sócios quites
biblico. A convocação será feita de acordo com o
artigo 10 e seu parágrafo único. Artigo 15º:- Compete
ao Conselho Deliberativo: a) apurar, discutir, apresentar
e votar o orçamento anual, o plano de atuação
da entidade e suas diretrizes básicas para o exer-
cício seguinte; b) Resolver sobre as despesas superiores
a quinze salários mínimos da região; c) Tomar co-
nhecimento do movimento financeiro do "Asilo" São
Vicente de Paulo", solicitando ao Presidente a exi-
sição dos livros da sociedade, e assim julgar neces-
sário; d) Interpretar o estatuto em pontos obscuros
ou duvidosos, supondo o que for necessário; e)
Deliberar sobre a exclusão de sócio, por motivo que
não seja o do artigo 20º, alínea "f" deste estatuto;
f) Decidir os recursos das decisões da Diretoria; g)
Dar posse à Diretoria. - Artigo 16º:- Dos atos do
Conselho Deliberativo caberá recurso para a As-
sembleia Geral. - Artigo 17º:- O Conselho Deliberati-
vo, sempre, por maioria de votos, decidirá; não po-
dendo votar o Conselheiro que tenha interesse
na decisão a ser tomada, cabendo ao Presidente
o voto de desempate. Artigo 18º:- O mandato da
Diretoria será de três anos, com uma reeleição e
volta ao cargo, após um período de interrupção. § 1º
co, artigo 1º - O Presidente indicado, com a aprovação do
Conselho Deliberativo, conforme o art. 1º, escolherá os
demais cargos da Diretoria, que será constituída por
um ou mais secretários, dois por um Presidente, um

Vice-Presidente, ou mais, um ou mais secretários, um ou mais Tesoureiros, um Provedor e um Director de Patrimônio, ou mais especificamente: a) Presidente; b) 1º, 2º Vice-Presidente; c) secretário geral; d) 1º, 2º Secretários; e) Tesoureiro Geral; f) 1º e 2º Tesoureiros; g) Provedor; h) Director de Patrimônio e Provedor. Artigo 19º: - A Direcção reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente ou de um terço de seus directores, deliberando com a presença de oito membros, pelo menos, e por maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do seu voto, o voto de desempate. Artigo 20º: Compete à Direcção: a) Promover a obtenção dos recursos necessários à manutenção da sociedade; b) deliberar sobre a forma e espécie das iniciativas tendentes a obter subsídios monetários; c) Aprovar, obter e votar contribuintes; d) nomear as Comissões que se fizerem necessárias; e) Resolver sobre a concessão de subsídios dentro do respectivo orçamento aos Departamentos e serviços, para consecução de suas finalidades; f) Deliberar sobre a admissão de novos sócios e sobre a exclusão dos que sem motivo justificado, deixarem de pagar seus (06) mensalidades consecutivas; g) executar as deliberações do Conselho Deliberativo e da Assembleia Geral; h) Contratar e demitir funcionários. Artigo 21º - Das decisões da Direcção cabe recurso para o Conselho Deliberativo e deste para a Assembleia Geral. Artigo 22º - Compete ao Presidente: a) Representar a sociedade em suas relações externas, ativa e passivamente, judicial e extra-judicialmente; b) presidir as sessões da Direcção, do Conselho Deliberativo e da Assembleia;

Qual; c) convocar a Diretoria e o Conselho Deliberativo; d) Dirigir os trabalhos para fiel execução deste estatuto e das deliberações da Diretoria, do Conselho Deliberativo e da Assembléa Qual; e) Apresentar ao Conselho Deliberativo, em cada sessão ordinária, um resumo do movimento da receita e despesa e trabalhos em geral, devendo, na última sessão de cada ano, apresentar ao Conselho um Relatório completo e minucioso da vida da sociedade; f) Autorizar os Tesoureiros Qual, os pagamentos a seus feitos pela sociedade; g) exercer as demais funções inerentes ao cargo; h) publicar de acordo com a lei o Balanço Qual. - § único: - em caso de vacância o Presidente, assumirá até o final do mandato o 1º Vice-Presidente. - Artigo 23º: Compete aos Vice-Presidentes: a) tomar parte nas deliberações da Diretoria e do Conselho Deliberativo; b) substituir o Presidente e seus impedimentos, e assumir a administração na ordem de sua enumeração. - Artigo 24º: Compete ao Secretário Qual: a) supervisionar os serviços da secretaria; b) cumprir as instruções do Presidente e as deliberações da Assembléa Qual, do Conselho Deliberativo e da Diretoria. - Artigo 25º: Compete ao 1º e 2º Secretários: a) tomar as atas da Diretoria, do Conselho Deliberativo e das Assembléas Quais; b) encarregar-se da correspondência oficial; c) cumprir instruções do Secretário Qual; d) substituir o Secretário Qual, na ordem de sua enumeração. Artigo 26º: Compete ao Tesoureiro Qual: a) supervisionar os serviços da tesouraria; b) receber e ter boa guarda de todos os valores que forem arrecadados, depositando em Banco as quantias que não tiverem emprego imediato; c) supervisionar o serviço dos em-

pregados incumbidos da cobrança das mensalida-
des, de efetuar toda e qualquer pagamento, den-
tro das verbas votadas no orçamento, mediante,
ordem de autorização por escrito do Presidente;
e) Prestar contas à Diretoria e extraordinariamente
sempre que a Diretoria ou o Conselho exigirem;
f) facilitar-lhes o exame das livros, documentos, etc;
g) Assinar cheques, títulos e quaisquer outros docu-
mentos dos quais resultem responsabilidades pecu-
niárias. - § único: - Assinar, com o Presidente, títulos de
empéstimos, quotasções à entidades federais, estaduais
e municipais, de qualquer documento quando so-
licitado. - Artigo 21º: Compete aos 1º e 2º Tesoureiros:
a) substituir o Tesoureiro Geral para ordem de
pagamentos; b) fazer a avaliação da Reciu-
ta e Despesa; c) Assinar na falta do Tesoureiro
Geral: cheques, dar quotasções, e assinar qualquer
documento para o bom andamento do serviço; d)
Cumprir instruções do Tesoureiro Geral. - Artigo 22º: Com-
pete ao Provedor: a) superintender os trabalhos com
o fim de prover a sociedade de meios para a
sua subsistência, na conformidade com as dire-
trizes da Diretoria; b) dirigir o setor de abastecimen-
to e especialmente o armazém, farmácia e cozei-
ria. - Artigo 23º: Compete ao Diretor de Patrimônio: a)
Organizar o cadastro dos bens móveis e imóveis
da sociedade; b) manter em dia as variações pa-
trimoniais; c) transmitir ao Tesoureiro Geral pa-
ra execução do balanço geral, o Inventário anual sem-
pre que solicitado. - Artigo 30º: Compete ao Odeador,
representar a entidade, valendo-se de recursos de
ocasião em todas as ocasiões que se fizer neces-
sário. - Artigo 31º: O Asilo "São Vicente de Paulo" con-

faça com os bens, rendimentos do
patrimônio que formar, subsídios, convênios, donati-
vos e outros. §1º - Todo o recurso será integral-
mente aplicado em benefício nacional; - e o 2º parte
contábil de cada exercício, será aplicado na melhoria
da obra e no aumento do seu patrimônio. §2º Sob
pena de invalidade do ato, nenhum bem patrimon-
ial imóvel da sociedade "São Vicente de Paulo", po-
derá ser alienado, hipotecado, gravado de ônus pu-
permutado sem prévia autorização do Conselho Me-
tropolitano de Curitiba. - Artigo 32º - Em caso de ex-
tincão do título, os seus bens, que constituem o seu
patrimônio, reverterão para uma entidade con-
gênea da sociedade "São Vicente de Paulo", devida-
mente registrada no Conselho Nacional de Serviço
Social. - Artigo 33º - Quando houver empate no elei-
ção, considerará-se eleito o candidato com maior número.
Perda do mandato, devido a ausência por pa-
tes oco, pelo Conselho Deliberativo, a membros da Di-
reção ou do Conselho Deliberativo que, sem motivo
justificado, faltar a três reuniões consecutivas. - Artigo
34º - As Assembleias Gerais para eleição deverão ser
convocadas com antecedência de 30 dias do término
daquela que termina seu mandato. Artigo 35º - Todos
os cargos da sociedade serão exercidos pro honore.
Artigo 36º - A sociedade terá um regimento inter-
no, que disporá entre outros assuntos, sobre a
distribuição de funções e componentes do quadro ad-
ministrativo e funcional, a ser elaborado pela Di-
reção e consequentemente, aprovado por Assembleia
Geral. - Artigo 37º - Quando que o presente estatuto
for omissa, aplicar-se-ão normas do Código Ci-
vil brasileiro, atinentes à natureza e o regime

pio de equidade ditados pelo bom senso e moral.
Único: O presente estatuto entrará em vigor da
data de seu registro em Cartório competente, revo-
gadas as disposições em contrário. Artigo 39º: O
presente estatuto foi aprovado pela Assembleia
Geral de Constituição do Aólo "São Vicente de Pau-
lo" de Pato Branco - PR, realizada nesta mesma da-
ta de 13 de fevereiro de 1988. Assembleia esta que
proclamou e empossou a primeira Diretoria Exec-
utiva bem como elegeu e empossou o primeiro
Conselho Deliberativo, digg, assim constituído: Direto-
ria executiva - Presidente de honra: D. Agostinho
Bartori - Exmo. Bispo Diocesano; Presidente: Joví Cor-
reia fernandes; 1º Vice-Presidente - Opinio de Oliveira;
2º Vice-Presidente - Alberto Cardoso - Secretário
Geral: Osvaldo Sales Bezerra - 1º Secretário: João
Alfredo Vicente de Lima - 2º Secretário: Geraldo
Pezoto Azeite - Tesoureiro Geral: Paul de Oli-
veira - 1º Tesoureiro: Daci Heiding - 2º Tesoureiro:
Beatriz Thomé - Provedor: Augusto Rêgo - Dire-
tor de Patrimônio: Telmo Magnabeco - Deodor:
Frei Nelson Roberto. Conselho Deliberativo, Presidem-
te de honra: Astério Rizon - Membros: Clóvis Ja-
vaschin, Itamar Ampessoni, Maria Petrucoski, An-
tonio Mptieda, Querino Zandona, Francisco Gior-
doni, José Araciz Salvador, Nestor Ostapiv, Ivo
Facon e Osvaldo Neres. Artigo 40º: - esta obra
está sujeita a contribuição financeira de nomina-
da "centésimo", percentual calculado sobre a reci-
ta bruta anual, excluídas, porém as importâncias
provenientes de auxílio e subsídios do Poder
Público. - Artigo 41º: - Qualquer alteração no es-
tatuto será resolvida em Assembleia Geral

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente de honra: DOM AGOSTINHO SARTORI

Presidente: Dr. JOSUÉ CORREA FERNANDES

1º Vice-Presidente: GENÉSIO DE OLIVEIRA

2º Vice-Presidente: ALVINO CAMARGO

Secretário: OSVALDO BETIN BOARETO

1º Secretário: JOÃO ALFREDO VICENTE DE LIMA

2º Secretário: GERALDINO PEIXOTO ARANTES

Tesoureiro Geral: RAUL DE OLIVEIRA

1º Tesoureiro: DARCI HERDINA

2º Tesoureiro: BEATRIZ THOMÉ

Provedor: AUGUSTO REDIVO

Diretor de Patrimônio: TELMO MAGNABOSCO

Orador: Frei NELSON RABELO

conselho deliberativo

Presidente de Honra: ATÉRIO RIGON

Membros: CLÓVIS VARASCHIN

ITAMAR AMPESSAN

MARIA PETRIKOSKI

ANTÔNIO MATIODA

GUERINO ZANDONÁ

FRANCISCO GIORDANI

JOSÉ AVACIR SALVADOR

NESTOR OSTAPIV

IVO FERON

OSVALDO NEVES

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE PATO BRANCO

PEDRO DE SÁ RIBAS, Oficial do Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

EXTRATO PARA FINS DE REGISTRO DO ESTATUTO SOCIAL DO " LAR DE IDOSOS
SÃO VICENTE DE PAULO ".

Registrado sob nº 458 do livro Anº2.

30/04/52

= C E R T I D Ã O =

CERTIFICO que, revendo o LIVRO DE ATAS do "LAR DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO", nele constatei às fls. 01 a 07, a Ata da Assembléia Geral Extraordinária de Constituição e Fundação do // LAR DE IDOSOS SÃO VICENTE DE PAULO, da cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, com o teor seguinte: "Ata da Assembléia Geral Extraordinária de Constituição e Fundação do Lar de Idosos "São Vicente de Paulo", da cidade de Pato Branco, Pr. - Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de mil novecentos e oitenta e oito, nas dependências / do Forum Estadual da cidade de Pato Branco, Estado do Paraná, às // vinte horas e trinta minutos, presentes, diversas pessoas convidadas especialmente para o evento, após explanações pelo Revmo. Frei Néelson Rabelo e pelo Dr. Josué Corrêa Fernandes, foi declarado oficialmente constituído e fundado o LAR DE IDOSOS "SÃO VICENTE DE // PAULO", desta cidade, que será dirigido nos dois próximos anos pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo adiante nominados, cujos membros foram eleitos por aclamação nesta oportunidade e ao mesmo / tempo empossados. A Assembléia Geral, ora reunida, aprovou, ainda, / por unanimidade, os Estatutos da Entidade, que ficam assim redigidos: DENOMINAÇÃO, SEDE e FINALIDADE: Art. 1º - O Lar de Idosos "São Vicente de Paulo", obra unida à Sociedade São Vicente de Paulo, vinculado ao Conselho Central de Guarapuava, é uma sociedade civil, considerada de utilidade pública, de fins filantrópicos, de caráter beneficente - educativo e de assistência social, com sede nesta cidade de Pato Branco, Estado do Paraná. PARÁGRAFO ÚNICO - O Lar de Idosos "São Vicente de Paulo" terá duração por prazo indeterminado. // ARTº 2º - O Lar de Idosos "São Vicente de Paulo" terá como finalidade: a) - promover o bem estar individual, ou da família, considerada como um todo, sem distinção política, religiosa ou racial, prestando assistência econômica, social, moral, cultural, educacional, recreativa e física; b) - combater a falsa mendicância e promover a recuperação das pessoas realmente necessitadas; c) - apoiar as demais instituições sociais e de caridade, estimulando-as a adotarem programas planejados e ordenados, para melhor e maior prestação de serviços à comunidade; d) - a finalidade principal da obra será atender, gratuitamente, a velhice pobre, desamparada e inválida. PARÁGRAFO / ÚNICO - Dentro de suas possibilidades e na medida em que as circuns

circunstâncias o permitirem, o Lar de Idosos "São Vicente de Paulo" poderá dar assistência além das citadas na letra a do artigo anterior, mediante remuneração ou pagamento, se assim o conselho deliberativo e a diretoria resolverem, sem que venha causar problemas a essa Instituição. ARTº 3º - Para melhor concepção de suas finalidades, o Lar de Idosos "São Vicente de Paulo" recorrerá aos processos, métodos e técnicas do serviço social, e instituirá, quando necessário, serviços e departamentos. ARTº 4º - O Lar de Idosos "São Vicente de Paulo" será formado por um número ilimitado de sócios, compreendendo as seguintes categorias: a)- sócios contribuintes: / serão os que, inscritos no quadro de sócios, contribuam mensalmente ou anualmente com quantias em dinheiro; b)- sócios beneméritos: serão as pessoas físicas ou jurídicas que tiverem prestado relevantes serviços ao Lar, ou hajam contribuído com importância igual ou superior a cinco salários mínimos da região. ARTº 5º - Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelas obrigações sociais, / não sendo beneficiários, diretos ou indiretos da Entidade. ARTº 6º - São deveres dos sócios: a)- acatar e submeter-se às decisões da Assembléia; b)- contribuir, regularmente, para o Lar com as quotas / que se obrigarem. ARTº 7º - São direitos dos sócios: a)- comparecer às Assembléias Gerais, apresentando sugestões em assuntos pertinentes aos serviços prestados, ou que possam vir a ser prestados pelo Lar; b)- discutir e manifestar-se sobre os balancetes mensais ou balanços anuais apresentados pela Diretoria, podendo examinar os livros, uma vez preenchidas as formalidades legais e deste Estatuto e Regimento Interno; c)- discutir e votar os assuntos apresentados em Assembléia Geral; d)- votar e ser votado para os cargos da Diretoria; e)- exercer, quando eleito, os cargos de administração do Lar. § 1º - Os sócios contribuintes somente poderão gozar dos direitos / constantes dos itens c, d e e, quando quites com a Tesouraria da Instituição. § 2º - O sócio que não estiver quite com os cofres do Lar, perderá, enquanto em mora, as regalias e os direitos aqui estabelecidos. ARTº 8º - SÃO ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS DO LAR DE IDOSOS // "SÃO VICENTE DE PAULO": a)- Assembléia Geral; b)- Conselho Deliberativo; c)- Diretoria. ARTº 9º - A Assembléia Geral reunir-se-á ordinariamente no primeiro dia útil do mês de Janeiro, e extraordinariamente por convocação da Diretoria, terça parte dos membros do Conselho Deliberativo ou quinta parte dos sócios quites, sendo expostos,

na convocação, os motivos desta. PARÁGRAFO ÚNICO: Na Assembléia Geral Extraordinária não poderão ser tratados assuntos que não constem da convocação. ARTº 10 - A convocação dos sócios para as Assembléias Gerais será feita por editais ou imprensa, 48 (quarenta e oito) horas, pelo menos, antes da sessão. PARÁGRAFO ÚNICO: Será instalada a Assembléia Geral, em primeira convocação, com um terço dos sócios, no mínimo; e, em segunda convocação, uma hora após a primeira, com qualquer número. ARTº 11 - Compete à Assembléia Geral indicar ao Conselho Central a que estiver vinculada, a Obra, nomes de Vicentinos para serem pelos mesmos nomeados Presidente e Vice-Presidente; e, ainda: a)- eleger a Diretoria, por aclamação ou escrutínio secreto, desde que o requeiram cinco sócios no mínimo; b)- aprovar as contas da Diretoria; c)- deliberar sobre as reformas do Estatuto, dissolução da Sociedade, fusão, de acordo com as outras; d)- decidir sobre a matéria não reservada e expressamente à Diretoria e ao Conselho Deliberativo; e)- decidir sobre recursos das decisões da Diretoria e Conselho Deliberativo. ART.12 - O Conselho Deliberativo se compõe: a)- dos membros da Diretoria Executiva; b)- das pessoas eleitas especialmente para tal órgão. ART.13 - O Conselho Deliberativo será presidido pelo Presidente da Diretoria Executiva. PARÁGRAFO ÚNICO: O número de membros eleitos especificamente para o Conselho Deliberativo será de 10 (dez). ART.14 - O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente de três em três meses, e, extraordinariamente, sempre que for necessário, convocado pelo Presidente ou por cinco membros do mesmo Conselho, ou pela décima parte dos sócios quites. PARÁGRAFO ÚNICO: A convocação será feita de acordo com o artigo 10 e seu parágrafo único. ARTº 15 - Compete ao Conselho Deliberativo: a)- apresentar e votar o orçamento anual, o plano de atuação da Entidade e suas diretrizes básicas, para o exercício seguinte; b)- resolver sobre as despesas superiores a quinze salários mínimos da região; c)- tomar conhecimento do movimento financeiro do Lar de Idosos "São Vicente de Paulo"; solicitando ao Presidente a exibição dos livros da Sociedade, se assim julgar necessário; d)- interpretar o Estatuto em pontos obscuros ou duvidosos, suprimindo o que for necessário; e)- deliberar sobre a exclusão de sócios, por motivos que não seja o do artigo 20, alínea "f", deste Estatuto; f) - decidir os recursos das decisões da Diretoria; g)- dar posse à Diretoria. ARTº 16 - Dos atos do Conselho Deliberativo caberá recurso

604

para a Assembléia Geral. ARTº 17 - O Conselho Deliberativo, sempre por maioria de votos, decidirá, não podendo votar o conselheiro interessado na decisão a ser tomada, cabendo ao Presidente o voto de desempate. ARTº 18 - O mandato da Diretoria será de três anos, com uma reeleição e volta ao cargo, após um período de interrupção. //

§ 1º - O presidente indicado com a aprovação do Conselho Deliberativo, conforme o artº 11, escolherá os demais cargos da Diretoria, que será constituída por um Presidente, um Vice-Presidente ou mais, um ou mais Secretários, um ou mais Tesoureiros, um Provedor e um / Diretor de Patrimônio, ou mais especificamente: a)- Presidente; b)- Primeiro e Segundo Vice-Presidente; c)- Secretário Geral; d)- Primeiro e Segundo Secretários; e) Tesoureiro Geral; f)- Primeiro e Segundo Tesoureiros; g)-Provedor; h)- Diretor de Patrimônio; i)- Orador. ART.19 - A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, por convocação de seu presidente ou de um terço de seus diretores, deliberando com a presença de oito membros pelo menos, e por maioria de votos, cabendo ao Presidente, além do seu voto, o voto de desempate. ARTº 20.- Compete à Diretoria: a) promover a obtenção de recursos necessários à manutenção / da Sociedade; b) resolver sobre a forma e espécie das iniciativas / tendentes à coletar subsídios monetários; c) aprovar, obter sócios contribuintes; d) nomear as comissões que se fizerem necessárias; / e) resolver sobre a concessão de subsídios dentro do respectivo orçamento aos departamentos e serviços para a consecução de suas finalidades; f) deliberar sobre a admissão de novos sócios e sobre a exclusão dos que se m motivo justificado, deixarem de pagar seis mensalidades consecutivas; g) executar as deliberações do Conselho Deliberativo e da Assembléia Geral; h) contratar e demitir funcionários. ARTº 21 - Das decisões da Diretoria caberá recurso para o Conselho Deliberativo e deste para a Assembléia Geral. ARTº 22 - / Compete ao Presidente: a) representar a Sociedade em suas relações externas, ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente; b)- presidir as sessões da Diretoria, do Conselho Deliberativo e da Assembléia Geral; c) convocar a Diretoria e o Conselho Deliberativo; d) dirigir os trabalhos para fiel execução deste Estatuto e das deliberações da Diretoria, do Conselho Deliberativo e da Assembléia / Geral; e) apresentar ao Conselho Deliberativo, em cada sessão ordinária, um resumo do movimento da receita e despesa e trabalho em

187

geral, devendo, na última sessão de cada ano, apresentar ao Conselho um relatório completo e minucioso da vida da Sociedade; f) autorizar ao Tesoureiro Geral, os pagamentos a serem feitos pela Sociedade; g) exercer as demais funções inerentes ao cargo; h) publicar de acordo com a lei o balanço geral. PARÁGRAFO ÚNICO :

Em caso de vacância do presidente, assumirá até o final do mandato / o primeiro Vice-Presidente. ARTº 23 - Compete ao Vice-Presidentes:

a) tomar parte nas deliberações da Diretoria e do Conselho Deliberativo; b) auxiliar e substituir o Presidente em seus impedimentos e assumir a presidência na ordem de sua enumeração. ARTº 24 - Compete ao Secretário Geral:

a) supervisionar os serviços da Secretaria; cumprir as instruções do Presidente e as deliberações da Assembleia Geral, do Conselho Deliberativo e da Diretoria. ARTº 25 - Compete aos Primeiro e Segundo Secretários:

a) escrever as atas da Diretoria, do Conselho Deliberativo e das Assembleias Gerais; b) - encarregar-se da correspondência oficial; c) cumprir instruções do Secretário Geral; d) substituir o Secretário Geral, na ordem de sua enumeração. ARTº 26 - Compete ao Tesoureiro Geral:

a) Supervisionar os serviços da Tesouraria; b) receber e ter boa guarda de todos os valores que forem arrecadados, depositando em banco as quantias que não tiverem emprego imediato; c) superintender os serviços dos empregados incumbidos das cobranças das mensalidades; d) - efetuar todo e qualquer pagamento, dentro das verbas dotadas no orçamento, mediante ordem ou autorização por escrito do presidente; e) prestar contas à Diretoria e extraordinariamente sempre que a Diretoria ou o Conselho exigirem, facilitar-lhes o exame dos livros, documentos, etc.; f) assinar cheques, títulos e quaisquer outros documentos dos quais resultem responsabilidades pecuniárias.

PARÁGRAFO ÚNICO: Assinar com o Presidente, títulos de empréstimos, quitações a entidades federais, estaduais e municipais, ou qualquer documento quando solicitado. ARTº 27 - Compete aos Primeiro e Segundo Tesoureiros:

a) substituir o Tesoureiro Geral por ordem de sua numeração; b) fazer a escrituração da receita e despesa; c) - assinar, na falta do Tesoureiro Geral, cheques, dar quitação e assinar qualquer documento para o bom andamento do serviço; d) - cumprir instruções do Tesoureiro Geral. ARTº 28 - Compete ao Provedor:

a) superintender os trabalhos com o fim de prover a Sociedade de meios para a sua subsistência, na conformidade com as diretrizes /

da Diretoria; b) dirigir o setor de abastecimento e especialmente o armazém, farmácia e rouparia da Instituição. ARTº 29 - Compete/ ao Diretor de Patrimônio: a) organizar o cadastro dos bens móveis e imóveis da Sociedade; b) manter em dia as variações patrimoni- ais; c) encaminhar ao Tesoureiro Geral para execução do balanço / geral, o inventário anual sempre que solicitado. ARTº 30 - Compe- te ao Orador: Representar a Entidade, valendo-se de recursos ora- tórios, em todas as ocasiões que se fizer necessário. ARTº 31- O Lar de Idosos "São Vicente de Paulo", contará com as mensalidades dos sócios, rendimentos do patrimônio que formar, subvenções, con- vênios, donativos e outros. § 1º - Todos os recursos serão inte-/ gralmente em território nacional; e o "superavit" contábil de ca- da exercício, será aplicado na melhoria das obras e no aumento de seu patrimônio. § 2º - Sob pena de invalidade do ato, nenhum bem patrimonial imóvel do Lar de Idosos "São Vicente de Paulo", pode- rá ser alienado, hipotecado, gravado de ônus ou permutado, sem // prévia autorização do CONSELHO METROPOLITANO DE CURITIBA. ARTº 32- Em caso de extinção do Lar de Idosos, os seus bens, que constitui- rem o seu patrimônio, reverterão para uma entidade congênere da Sociedade São Vicente de Paulo, devidamente registrada no Conse- lho Nacional de Serviço Social. ARTº 33 - Quando houver empate // nas eleições, considerar-se-á eleito o mais idoso. ARTº 34 - Per- derá o mandato, devendo ser substituído por outro sócio, pelo Con- selho Deliberativo, o membro da Diretoria ou do Conselho Delibera- tivo que, sem motivo justificado, faltar a treze reuniões consec- utivas. ARTº 35 - As Assembleias Gerais para eleição, deverão ser convocadas com antecedência de 30 (trinta) dias do término daque- las que terminam seu mandato. ARTº 36- Todos os cargos da Socieda- de serão exercidos "pro honore". ARTº 37- A sociedade terá um Re- gimento Interno, que disporá entre outros assuntos, sobre a dis-/ tribuição de funções, e componentes do quadro administrativo e funcional, a ser elaborado pela Diretoria e, conseqüentemente, a- provada por Assembleia Geral. ARTº 38 - Naquilo que o presente Es- tatuto for omissso, aplicar-se-ão as normas do Código Civil Brasi- leiro, atinentes à matéria e os princípios de equidade ditados pe- lo bom senso e moral. PARÁGRAFO ÚNICO: O presente Estatuto entra- rá em vigor na data de seu registro em Cartório competente, revo- gadas as disposições em contrário. ARTº 39 - O presente Estatuto

foi aprovado pela Assembléia Geral de Constituição do Iar de Idosos São Vicente de Paulo de Pato Branco, Pr., realizada nesta mesma data de doze de fevereiro de mil novecentos e oitenta e oito (12/02/-88), Assembléia esta que proclamou e empossou a primeira Diretoria Executiva, bem como elegeu e empossou o primeiro Conselho Deliberativo, que ficaram assim constituídos: DIRETORIA EXECUTIVA - Presidente de Honra: Dom Agostinho Sartori, Exm^a Bispo Diocesano; Presidente: Dr. Josué Corrêa Fernandes; Primeiro Vice-Presidente: Genésio de Oliveira; Segundo Vice-Presidente: Alvino Camargo; Secretário Geral: Osvaldo Betin Boareto; Primeiro Secretário: João Alfredo Vicente de Lima; Segundo Secretário: Geraldino Peixoto Arantes; Tesoureiro Geral: Raul de Oliveira; Primeiro Tesoureiro: Darci Herdina; Segundo Tesoureiro: Beatris Thomé; Provedor: Augusto Redivo; Diretor de Patrimônio: Telmo Magnabosco; Orador: Frei Néelson Rabelo. CONSELHO DELIBERATIVO - Presidente de Honra: Astério Rigon; Membros: Clovis Varaschin, Itamar Ampessan, Maria Petrikoski, Antonio Matioda, / Guerino Zandoná, Francisco Waldemar Giordani, José Avacir Salvador, Nestor Ostapiv, Ivo Feron e Osvaldo Neves. ART^o 40 - Esta Obra está sujeita a contribuição financeira denominada "centésimo", percentual calculado sobre a receita bruta anual, excluídas, porém, as importâncias provenientes de auxílio e subvenções do Poder Público. - ART^o 41 - Qualquer alteração do presente Estatuto será resolvida em Assembléia Geral do IAR DE IDOSOS, com audiência do Conselho Metropolitano de Curitiba, que a homologará para publicação no Diário Oficial do Estado e competente averbação em seu registro". Fizeram uso da palavra, também, S.Exa. Reverendíssimo Monsenhor Sidney Luiz / Zanetini, o qual, representando S.Exa. Reverendíssimo Dom Agostinho José Sartori, Bispo Diocesano de Palmas, elogiando a comunidade patobranquense e elogiando a comissão pela iniciativa. O Sr. Augusto / Redivo, agradeceu ao Sr. Prefeito Municipal, Câmara de Vereadores, apresentando a documentação do imóvel e entregando à Comissão, apresentando, também, a Irmã Letvila. Falaram o Sr. Telmo Magnabosco, / Dr. Nereu Ceni, que explanou o projeto e, ainda, o Sr. Genésio de Oliveira, após o qual ninguém mais fez uso da palavra, encerrando-se a Assembléia Geral Extraordinária, apondo os presentes suas assinaturas em livro próprio, na forma que segue. Eu, (rubrica), Secretário Geral, subscrevi e assino. A seguir os nomes que subscreveram a ata: Monsenhor Sidney Luiz Zanetini, p/ Dom Agostinho José Sartori, Dr.

Dr. Josué Corrêa Fernandes, Frei Nélson Rabelo, Geraldino Peixoto /
Arantes, João Alfredo Vicente de Lima, Darci Herdina, Beatriz Tho-
mé, Augusto Redivo, Telmo Magnabosco, Clóvis Padoan, Raul de Oli-
veira, Ângelo Celeski, Rejane M. Moreti, Nereu F. Ceni, Sueli T. Poli
Ostapiv, Osvaldo Santos, Milton A. Giacomel, Manoel dos Passos da /
Silva Costa, Valdir S. de Oliveira, Guerino Zandoná, José Luiz Vi-
nha, Carlos R. Lins, Marcos Vinícius Zamuner, Martins Sordi, Adair /
Casagrande, João Agadir Pinto, Odácio Moura, Luiz Sangalli, Íria /
Redivo, Irmã Letvina V. Boing, Joseane Tirkone, Rita C. Herdina, Val-
dir Garcia, Jairo Gomes, Alvino Camargo, Lício Leonidas Ferreira,
Neris Forest, Clicéria Cerbaro, Clóvis Varaschin, Geraldo Pradela,
Hilário Fantinel, Hiláchi Chiamulera, Osmar Braun Sobrinho, Júlio /
Antonio Bertasso, Ivo Cicente Feron, Ivani Conterno, César Luiz //
Conterno, João Pereira, Aldo Burin, Aderbal Tavares da Luz, Irmã /
Lídia Mazurgavlak, Osvaldo Betin Boareto e Arlindo Ferreira Frei-
tas. Era o que constava e transcrevi fielmente, Eu, (a) Osvaldo Be-
tin Boareto, Secretário Geral o subscrevi, Firma, também, a presen-
te, o Sr. Presidente, Dr. Josué Correa Fernandes.-


Dr. Josué Correa Fernandes

Presidente


Dr. Osvaldo Betin Boareto


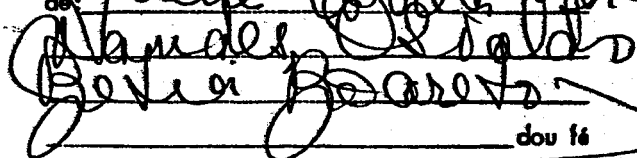
Secretário Geral

TABELIONATO NOVAES

Evangelina V. Novaes
TABELIA DE NOTAS
CPF 00063153-00

Dunya V. N. Schuchovski
AUX. JURAMENTADA
CPF 35060383-72

Reconheço a Firma por semelhança com o

de 

dou fé

Em Teste da verdade.

Pato Branco (PR),

11 ABR 1988

Rua Tapajós, 88 - Pato Branco - PR

LAB DE IDOSOS

DENOMINAÇÃO: - Lar do Amigo - São
a Sociedade, Sacrisanctum Paul
SEDE: - esquina das Ruas São João
Branco e Estado do Paraná -
FUNDAÇÃO: - 15 de Novembro de 1911
da em data de 12 de Novembro de
DURAÇÃO: - O prazo de duração é
FINALIDADE: - A instituição terá
bem estar individual, do de fami
ter distinção política, religiosa,
tância econômica, social, moral
ativa e física; b) combater a
recuperação das pessoas realmente
mente, atender, de forma amena
bre desamparada e inválida;
EXTINÇÃO: - No caso de extinção do
constituem o patrimônio do Lar d
reverterão para uma entidade benefi
de São Paulo, devidamente credenci
Serviço Social;
ADMINISTRAÇÃO: - São órgãos Admini
São Vicente de Paulo - a) Assembl
rativo; c) Diretoria; composto p
Presidentes; Secretário Geral; 1
Geral; 12 e 20 Insurretos; Prov
Drador;
REPRESENTAÇÃO: - A sociedade, por
mento judicial e extrajudicialm
Presidente, substituíra o Presid
FUNDO SOCIAL: - O patrimônio soci
dos de sócios, rendimentos do pa
que vier a faltar, subvenções, etc
REFORMA DOS ESTATUTOS: - Os estat
dos, por decisão da Assembleia
REMUNERAÇÃO: - Todos os cargos do
cidade, serão exercidos por volun

77780773 / 0001 - 62

PEDRO DE SA RIBAS
REG. DE TITULOS E DOCUMENTOS

R. Ovale Azinha, 697 - CEP 85360

OFFICIAL

assistência aos educandos, contribuir para a melhoria do ensino e conservação do aparelhamento do estabelecimento escolar. O patrimônio da APN constará de captação e aplicação de recursos provenientes de: contribuição dos sócios, subvenções, doações, campanhas, convênios, aplicados de acordo com Plano Anual, e de bens móveis e imóveis. A APN será administrada pelos seguintes órgãos: Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Diretoria. A Diretoria, com mandato de um ano, será composta de: Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Primeiro Secretário, Tesoureiro, Primeiro Assessor, Diretor Social, Diretor Cultural, Diretor de Esportes, Conselho ao Presidente: administrar a APN, representando-a em juízo, cultura etc. Os sócios não respondem solidariamente pelas obrigações contraídas em nome da APN. A APN poderá ser dissolvida em virtude de lei, decisão do poder competente e por decisão da Assembleia Geral. A dissolução manifesta-se em Assembleia Geral, especialmente convocada para esse fim. Em caso de dissolução, todos os bens da APN revertendo-se em benefício de assistência ao educando, sob a orientação da Escola. Quaisquer alterações estatutárias deverão ser aprovadas em Assembleia Geral, conforme o inciso V do artigo 11 deste Estatuto.

Barudi, 123 the margin. At 3, 1988.

CREUZA MOIN DE ESCIZA LARA

★ 1822001-2

EXTRATO PARA FINS DE REGISTRO DE

A Firma "GUILLÉN SERVIÇOS DE COLHEITAS AGRÍCOLAS S/C LTDA", com sede e foro na cidade de Sertãozinho, Estado de Paraná, à Rua Dr. Gervásio Morales, nº 170, devidamente inscrita no C.C.C. sob o nº 78.971.207/0001-89, conforme contrato social, registrado no Cartório de Títulos e Documentos da Comarca de Sertãozinho, Pr., sob o nº 43, em 13 de Outubro de 1-986, em virtude de divergências surgidas entre os sócios em relação ao modo de gerir os negócios sociais resolveu por meio de um Distrato Social, de comum acordo, dissolver a mencionada sociedade, e ambos os sócios declaram extinta nesta data a denominação social "GUILLÉN SERVIÇOS DE COLHEITAS AGRÍCOLAS S/C LTDA".

O Sócio ANTONIO GUILLEN FILHO, recebe a quantia -
de Cr\$ 190.000,00 (Cento Noventa Mil Cruzados), correspondente
a sua quota de capital e lucros.

O Sócio EDSON GUILLEN, recebe a quantia de R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil cruzeiros), correspondente a sua quota de capital e lucros.

O Socio ANTONIO CARLOS GUILLEN, recebe a quantia de Cr\$ 190.000,00 (Cento e Noventa Mil Cruzados), correspondente a sua quota de capital e lucros.

O Sócio SANDRO GUILLEN, recebe a quantia de R\$ 190.000,00 (Cento e Noventa Mil Cruzados), correspondente a sua quota de capital e lucros.

Amos os socios dão-se mutes, piana a geral qui-
tarão.

O Socio ANTONIO EUGEN FILHO, assume inteira res

Denomina-se SERVIÇOS DE COLHEITA
A/C 1704, com sede e fazenda cidade de
rara, e sua Colônia Extra-Religiosa, in-
dustrial com seu tempo de duração indeter-
minada e ramo de PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
Preparação de Sais, Destaca, Conservações,
Colheitas de Produtos Agrícolas.

O Capital constituído é de Lz\$ 4 milhões e quatrocentos mil cruzados), dividido em Quatro Milhões e Quatrocentos Mil, que, lida, ao valor de Lz\$ 1,00 (um Cruzado distribuídos entre os sócios:

EZIO TOREZAN - 2.200.000 (Dois mil) quotas no valor total de Cr\$ 2.200.000,00 (Dois mil e Duzentos Mil Cruzados);

HELIO TUREZAN - 2.200.000 (Dois mil) quotas no valor total de Cr\$ 2.200,00 (Dois mil e Duzentos Mil Cruzeiros).

responsabilidade dos sócios e
da do Capital Social.

Fica investido nas Funções de gestão
TOREZAN, 30/04/2014

4. O falecimento de qualquer dos sócios não acarretará a extinção da Sociedade.